

OS ESPAÇOS URBANOS QUE CONSTRUÍRAM A MODERNIDADE – PORTO

por

Francisco Ribeiro da Silva*

Resumo: Os governantes da cidade do Porto dos séculos XVI a XVIII foram sensíveis a um moderno conceito de beleza urbanística concretizando-o não só na implantação de alamedas e espaços arborizados de fruição colectiva mas também numa planificação dos espaços de construção de edifícios monumentais e de abertura de novas ruas e praças.

Palavras-chave: Beleza urbanística; alamedas; planificação.

Abstract: The governing people of Porto from 16th to 18th centuries had the sensibility to a modern concept of urban beauty materializing not only the implanting of lanes and treed spaces for collective enjoyment but also planning spaces reserved to the construction of monumental buildings and the opening of new streets and squares.

Key-words: Urban beauty; lanes; planning.

1. A modernidade espacial: um conceito equívoco só ao nível da cronologia ou também das atitudes? Que é que pode ser entendido como sinal de modernidade? A edificação de espaços de fruição colectiva, tais como jardins, alamedas, pequenas praças arborizadas? A abertura de ruas direitas e largas, a unir pontos que são ou se querem tornar emblemáticos? A construção de novas centralidades? O derrube das muralhas e das portas medievais sob o pretexto de que eram incompatíveis com uma cidade que se pretendia aberta? O tipo de casas construídas e a sua arrumação harmónica de acordo com um eventual plano pré-concebido e dado a conhecer?

Se nos ativermos à cronologia, restringindo-nos à cidade do Porto e a aspectos político-institucionais, provavelmente um marco importante que distingue o Porto medieval do Porto moderno é a concordata de 1405/1406 entre o Rei e o Bispo, pela qual D. João I adquiriu a plena jurisdição sobre a cidade. Mas não serão de aceitar

* Professor catedrático da FLUP. Vice-reitor da Universidade do Porto.

como sinal inequívoco de modernidade a colaboração prestada pela cidade ao projecto de expansão, nomeadamente na conquista de Ceuta? E por que não tentar descobrir mostras da modernidade efectiva trazida pela administração filipina cujo primeiro sinal poderá muito bem ter sido a divisão paroquial da cidade realizada em 1583 sob a égide do Bispo Frei Marcos de Lisboa que reorganizou a relação das pessoas que viviam dentro de muros com novas centralidades religiosas, direccionadas para as quatro Igrejas paroquiais que, aliás, em 1603, se reduziram a três? A cronologia em si não é mais do que uma medição consensual do tempo, mas funciona como marco. Mas o mais importante são as atitudes e os factos que as datas evocam.

2. Sendo historiador não posso deixar de conotar o conceito de modernidade com uma determinada época histórica que abrange, grosso modo, os séculos XVI a XVIII. Mas, sem menosprezar essas balizas, tenho para mim que a modernidade, sendo uma questão de mentalidade, se traduz em sinais visíveis e detectáveis por um observador atento dos testemunhos históricos que o passado nos legou, especialmente a documentação arquivística. Que sinais então de modernidade na concepção do espaço na cidade do Porto?

2.1. Ainda que não fosse exclusivo da época moderna, parece-me claro que nesses tempos uma cidade, mais especificamente a população mais actuante da cidade do Porto, tinha a consciência de que, para além de casas de habitação e de edifícios adequados à oração e ao tratamento de doentes e velhos, a urbe devia ser dotada de sítios amplos para o comércio, outros para o lazer e para o convívio social e necessitava de definir zonas e percursos para as manifestações colectivas, fossem elas procissões, cortejos fúnebres de quebra dos escudos ou mesmo comoções sociais. E também para treinos militares ou militarizados.

Por outro lado, havia ruas mais nobres procuradas pela gente de melhor extracção, em que as lajes de pedra usadas na pavimentação eram de superior qualidade relativamente a outras menos nobres ou mais populares nas quais se empregava pedra miúda e de menor valia. É claro que esses espaços não foram sempre os mesmos ao longo dos três séculos da época moderna. Por exemplo, a Rua Chã já na Idade Média perdera *status* face à Rua Nova e com esta equiparara-se no séc. XVI a manuelina Rua das Flores. Decorridos dois séculos, já nos tempos de João de Almada e Melo, a Rua Nova de São João alcançara lugar de prestígio. Por essa altura, a Praça da Ribeira ao fim de tantos séculos de praça por autonomasia, começa a ceder lugar à Praça das Hortas.

Para as actividades de lazer, mais concretamente para jogos populares como o jogo das canas, utilizava-se o vasto areal de Miragaia, entre os Banhos e o sítio onde foi erigida a Alfândega oitocentista. Para as corridas de toiros que se efectuavam três

vezes por ano (Corpo de Deus, S. Pantaleão e São João)¹ não existindo praça adequada, fechava-se a Rua Nova transformando-a em curro onde actuavam os toureiros que aparecem na documentação designados como “corredores”.

Para convívio e encontros, para além da Praça da Ribeira, o largo em frente ao mosteiro de São Domingos, a meio caminho entre a Porta Nova de Miragaia e a Porta de Carros era tradicional e muito propício. Os rossios junto às Portas da cidade e na Praça da Ribeira adaptavam-se bem à função de mercados diários. Mas à feira franca semanal que se realizava às terças-feiras convinha mais um lugar amplo que no caso foi o largo fronteiro ao Mosteiro das Freiras de S. Bento. No século XVIII, a nova Praça das Hortas, para além do convívio propiciado e sugerido pela Fonte da Arca, servia também para mercado por sinal bem concorrido. Essa praça acolhia também os treinos de adestramento das Ordenanças que anteriormente se preparavam na Cordoaria.

Por conseguinte, é importante frisar que havia a consciência e a vontade colectiva de ligar certos espaços a finalidades bem específicas.

2.2. A ideia sentida e manifestada de que, em determinada época, havia zonas da cidade que era preciso recuperar e reabilitar por terem sofrido uma degradação conjuntural prolongada é um sinal inequívoco de um sentimento novo. Situemo-nos então nos finais do século XVI/ inícios do XVII e colocando o nosso posto de observação na zona da Cordoaria, olhemos para as ruas que convergiam para o rossio da Porta do Olival.

Por essa altura, finais de Quinhentos, a Ordem de S. Bento, ramo masculino, quis fundar o seu Mosteiro na cidade. Logicamente tratou de o edificar em lugar estrategicamente recomendável. Aliás, só por si o próprio facto de uma Ordem plurissecular, de vocação e tradição eminentemente rural, procurar a cidade é um sinal de que a medievalidade ficava para trás. Depois a questão do sítio escolhido. Precisamente ao cimo da Rua de S. Miguel (mais extensa que hoje), escolha que não agradava aos senhores da Câmara os quais pressentiam que era estrategicamente imprudente deixar os frades edificar o Mosteiro no local de maior visibilidade da urbe. Alguns deles opinavam que permitir a construção ali era dar-lhes de mão beijada o melhor sítio urbano. A tal reserva os frades contrapunham que na realidade a zona havia sofrido uma grave degradação em virtude da permanência prolongada da tropa de ocupação. Na verdade desde 1581 até cerca de 1594 haviam-se instalado nas casas das ruas adjacentes à Porta do Olival os soldados de Filipe II que chegaram a cinco centenas, fora as famílias.

¹ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. Porto, Câmara Municipal, 1988, p. 908.

Não deixa de ser curioso que um dos argumentos utilizados contra a pretensão dos frades era que aquele lugar era propício para quartel se de tal um dia se viesse a necessitar. Ou seja, o que era estrategicamente bom para os frades seria estrategicamente mau para a defesa urbana.

Outra objecção importante sob o ponto de vista urbanístico era a de que para se construir ali o mosteiro e respectiva cerca teriam que ser demolidas muitas casas, casas essas que pertenciam na sua quase totalidade a cristãos novos. Ora não foi pacífico nem barato desalojar dali os ditos cristãos novos.

Então para muitos, provavelmente a degradação do lugar não se ficara devendo apenas à soldadesca mas à tradição judaica que ali ganhara raiz². Não sei se o conceito e a vontade de *purificação do espaço* foi ou não determinante. A documentação é omissa quanto a este aspecto, mas a agudização nacional da perseguição aos cristãos novos vai sentir-se no Porto por essa altura.

A verdade é que o argumento de que o sítio estava degradado e, por isso, urgia reabilitá-lo, foi de novo utilizado aquando da escolha do local para edificação do primeiro Tribunal da Relação e Casa do Porto, em 1607. A construção desses edifícios de prestígio era antídoto directo contra a degradação; e era-o também indirecto na medida em que provavelmente iria convencer os nobres e pessoas com dinheiro a construírem nas imediações.

2.3. Mas há outros sinais que julgamos indicadores de modernidade. Assim defendemos que um conceito novo de beleza urbanística foi trazido pelos Filipes, o qual tem a ver com a plantação de alamedas e espaços verdes de fruição colectiva. Se a expressão “espaços verdes” aplicada a esta época pode pecar por anacronismo, a ideia em si está longe de ser anacrónica. Estamos a pensar na Alameda da Cordoaria mandada plantar por Filipe III em 1611. É verdade que a ordem para a sua plantação apareceu associada à construção do novo Tribunal, ou mais propriamente à conveniência de proporcionar aos senhores Desembargadores um ambiente de descanso e de distensão que as árvores frondosas iriam trazer. Acrescente-se, aliás, que a plantação deveria ser acompanhada da abertura de um novo postigo nas Muralhas de uso exclusivo dos ditos Desembargadores. O desenho da Alameda seria sensivelmente o de um rectângulo de cerca de 120 metros de profundidade por 90 de largura, povoado por centenas de álamos plantados alinhadamente ao longo de 17 filas que formariam ruas de 5 a 6 metros de largura.

O postigo jamais foi construído. Poderá dizer-se o mesmo da Alameda? Sabemos que a plantação foi iniciada, não obstante as objecções do Sargento-Mor e da

² É elucidativo o título do artigo de A. de Magalhães Basto publicado em “O Primeiro de Janeiro” (31.05.1946): *O estabelecimento dos Padres de S. Bento no Porto e a courela dos Judeus.*

Governança Municipal que receavam que as árvores, uma vez crescidas, impedissem a rápida detecção de potenciais invasores que, procedentes da foz, rio fora, desejassem invadir o burgo.

De qualquer modo, é importante sublinhar como na mente régia se desenvolveu a ideia de um espaço senão privativo, ao menos preferencial, para um grupo de elite, qual era o dos Desembargadores.

Acrescente-se que o Desembargador encarregado da obra, entre outros argumentos, sublinhava que a cidade do Porto era claramente carecida de praças e rossios frescos. Importa neste contexto de novos conceitos de beleza urbanística destacar e valorizar tal observação.

De resto, temos notícia que nesta época noutras cidades portuguesas, a começar pela capital, se tratou de levar a efeito a plantação de álamos e outras árvores de sombra.

De qualquer modo, no século XVIII, precisamente em Fevereiro de 1758, um ano depois do célebre motim, foram plantadas na Cordoaria “três filas de grossos e elevados plátanos” a envolver um espaço livre, o da praça onde trabalhavam os cordoeiros – declaração coeva³ que nos faz pensar que da alameda seiscentista pouco restava um século decorrido.

Mas no Porto a vontade expressa de criar espaços que associassem a água, a sombra e o descanso aconteceu noutros sítios. Onde?

Na Fonte da Arca, que ficava fora de muros perto da Porta de Carros, ou seja, nas proximidades da Igreja dos Congregados e do Rio da Vila, mandaram-se construir em 1627 uma dúzia de bancos de pedra sob os choupos cuja plantação fora iniciada um século antes mas que agora se reforçara.

Em 1628, à volta da Fonte dos Flamengos que ficava em Vila Nova na margem esquerda haviam-se plantado choupos para tornar o local mais fresco e acolhedor.

E à volta do chafariz da Batalha, fora da Porta de Cimo de Vila, optou-se, em 1636, não por choupos mas pela plantação de carvalhos.

O que pretendo dizer com estas notas é que, pelo menos a partir do século XVII, desenvolve-se a noção de que, para além de mosteiros e de edifícios sumptuosos, uma cidade devia oferecer locais aprazíveis para fruição colectiva em tempos livres e de lazer.

³ COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto*, 3ª edição. Lisboa, Frenesi, 2001, p. 50.

2.4. A Fonte das Virtudes

A preocupação pelo embelezamento urbano não se confinava ao espaço dentro de muros. Todos os casos apontados acima situavam-se fora de muralhas ainda que nas imediações das Portas da urbe. Recordemos um outro sítio que ainda hoje sugere ambiente bucólico porventura mais aproveitado pelos nossos antepassados do que pela nossa geração. Refiro-me à Fonte das Virtudes.

O aproveitamento em 1617 das águas boas que por ali corriam para o rio Douro deveu-se prioritariamente às necessidades de abastecimento. Mas não se ficou por aí. Isto é, a Edilidade não se limitou a edificar no local um chafariz para mais comodamente as pessoas recolherem o precioso líquido, mas achou por bem urbanizar toda a zona e os respectivos acessos.

Na verdade, a excelência da água era há muito empiricamente reconhecida e publicitada. Mas o caminho para lá chegar era escuro e nada seguro. O matagal e as barrocas que preenchiam a paisagem logo para além da muralha favoreciam acções de malvadez contra as mulheres e raparigas que se atreviam a ir até lá com os seus cântaros. E muitas preferiam não se arriscar.

Pelo que a Câmara decidiu liquidar todos os medos associados ao local. Para tal fez desbravar e alargar o caminho, comprando as leiras de que se necessitava e lajeando convenientemente a descida íngreme até ao chafariz artístico que mandou erguer segundo risco cuja elegância de traços ainda hoje se pode avaliar. Três anos depois, em 1620, o pequeno largo que rodeava a fonte tornou-se mais acolhedor e atraente uma vez que, por decisão e a expensas camarárias, foi enriquecido com vários assentos de pedra para recreio e descanso das pessoas que por ali passavam por via da água ou a caminho de Miragaia. No século XVIII continuava sendo local de convívio sereno.

2.5. A construção do Mosteiro dos Carmelitas Descalços

A expansão urbana para fora dos muros, contrariamente ao que por vezes se insinua, não se iniciou apenas no século XVIII, ainda que nessa centúria o crescimento extramuros tenha sido claramente imposto pelas circunstâncias demográficas e pelo dinamismo económico inegável. Mas desde o século XVI, senão antes, no exterior de cada uma das Portas da cidade foram-se desenvolvendo núcleos populacionais com maior ou menor expressão: o sítio dos Ferradores, a Rua de Bonjardim, Miragaia e Santo Ildefonso são a prova disso.

A construção do Mosteiro dos Carmelitas Descalços obedeceu a essa lógica de expansão desejada. Mas, ao que parece, não terá sido por ordem da Câmara Municipal mas por vontade da Ordem religiosa que o novo mosteiro foi construído naquele local.

Os frades desejavam-no fora da cidade mas perto dos muros. Ora, segundo a governança, o melhor sítio seria defronte da ermida de Nossa Senhora da Graça entre o caminho que ia para o Carregal e para a Fonte das Virtudes. As preocupações urbanísticas da Edilidade são documentáveis noutra pormenor: a construção teria não apenas de respeitar o rossio defronte da dita ermida por ser serventia pública mas também deixar amplo espaço para o caminho do Carregal.

De qualquer modo, a construção do Mosteiro defronte, um pouco a leste, da ermida de Nossa Senhora da Graça que já aí existia, obrigando-se os religiosos a respeitar as regras indicadas, acabou por definir linhas de urbanização de uma das entradas da cidade que se pretendia desafogada. O levantamento do Colégio dos Órfãos nos meados do século XVII e sobretudo a edificação da Academia Politécnica já no séc. XIX obrigaram à redefinição do urbanismo da zona que passou a ter como epicentro o emblemático edifício que hoje é ainda a casa-mãe da Faculdade de Ciências. O Hospital de Santo António iniciado nos finais do séc. XVIII significou mais um passo no incremento da expansão da cidade para ocidente.

3. ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE RELIGIOSA

As irmandades e ordens terceiras em tão grande número e com tanta capacidade de atracção de gente e cópia de realizações sociais constituem uma nota peculiar da cidade do Porto. Todas elas contavam no século XVIII número apreciável de irmãos. Segundo Rebelo da Costa, a Ordem Terceira de S. Francisco inscrevera cerca de 11.000 irmãos. A do Carmo entre 5.000 e 6.000. A da Trindade cerca de 3.000. A da Lapa contava mais de 20.000⁴. Não admira que procurassem construir espaços de sociabilidade religiosa que eram os templos com expressão em festas rituais sumptuosas, mas também de solidariedade e de auxílio mútuo com incidência na instrução, através de escolas, na assistência através de hospitais e até de campos santos para a sepultura dos irmãos que eram os cemitérios.

4. PLANOS DE URBANIZAÇÃO

4.1. A urbanização do sítio das Hortas – sécs. XVII-XVIII

A finalizar a nossa digressão, deixarei uma pergunta simples que me parece interessante e tem a ver com a preocupação desta Mesa Redonda da Primavera: e é ela

⁴ COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica...*, p. 102-104.

se em épocas recuadas, como as que aqui evocámos, terá havido algo a que se possa chamar planos de urbanização. Tudo o que dissemos, de certo modo, prova que sim. A expansão da cidade obedeceu a uma certa lógica urbanística que é possível reconstituir. Mas uma coisa são as planificações que nós deduzimos a partir das acções concretas postas em execução, outra planos pensados nos gabinetes, passados a papel e propostos para execução. Maria Therèse Mendroux-França, reportando-se a 1690, descobriu a existência de negociações entre a Câmara e o Cabido para a urbanização do “Campo das Hortas” plano que, em 1709 sob a direcção do novo Bispo D. Tomás de Almeida, evoluiu para a concepção de uma praça “que competisse com a [Plaza Mayor] de Madrid”⁵. A dita praça situar-se-ia fora de muros, nas Hortas, entre a Porta de Carros e a Porta do Olival, seria construída sobre arcarias, revestiria a forma de um quadrado com cento e vinte metros de lado. Não obstante terem sido dados passos importantes para a sua construção, o plano acabou por ser abandonado em 1715⁶. Foi retomado em 1718 e concretizado em 1721 na construção da Praça das Hortas (depois Praça Nova ou Praça de D. Pedro ou Praça da Liberdade), muito longe da praça monumental de que acima falamos mas suficientemente capaz de traduzir o progresso económico de que a cidade dava mostras.

4.2. Outra expressão dos planos de urbanização tem a ver com ruas novas e ruas remodeladas

Dando um pequeno salto no tempo, diremos que entre 1760 e 1803, segundo um manuscrito que comentamos e publicamos em 2001, as novas ruas atingiram a cifra notável de 27, sendo de extensão desigual e somando no conjunto vários quilómetros. Como seria de esperar, dizem respeito a zonas novas, a povoar, mas algumas são levantadas bem no coração da urbe, como é o caso da Rua Nova de São João, aberta em 1765 sobre arcos de cantaria que formavam um aqueduto subterrâneo que encanava o Rio da Vila. Antes desta, fora lançada a Rua Nova do Almada (1761) que, pela Rua das Hortas, ligava o centro à zona norte da cidade. A seguir foi a emblemática Rua de Santo António assente em grandes paredões que lhe garantiam robustez e subsistência e amplitude para as traseiras. Um pouco mais para norte, a Rua Nova de Fradelos até à Aguardente (que ligava a Capela de Fradelos à actual Praça do Marquês de Pombal). E ainda a Rua da Alegria (não tão extensa quanto é hoje), a Rua da Bela Aurora, a Rua Formosa (mais conhecida na época por Rua do Enforcado), a Rua do Rosário bem

⁵ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse, *Quatro Fases da urbanização do Porto no século XVIII* in “Boletim Cultural”, Porto, Câmara Municipal, 1984, 2ª série, vol. 2, pp. 239-255.

⁶ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse, *Quatro Fases...*, pp. 243-244.

como a travessa que ligava (e liga) o Carregal a essa mesma Rua, a Rua da Boavista (que mais tarde continuaria até ao Castelo do Queijo), a Rua dos Lavadouros (que já não existe e ligava, a norte, a Rua das Hortas à Igreja dos Congregados), a Rua da Picaria, a Rua da Conceição, a Rua do Laranjal (que ligava a Rua das Nova das Hortas ao que seria o Largo da Trindade), a Rua do Bulhão, a Rua da Aguardente (lanço final da Rua do Bonjardim), a Rua da Lapa até ao Chafariz de Vila Parda (hoje Rua do Paraíso), a Rua que ia da Torrinha até ao Bom Sucesso (atravessando a actual Rua Júlio Dinis), a Rua do Padrão de Vilar (na continuação da Rua dos Quartéis, dando serventia para a fábrica de Clamouse Browne), a Rua do Mirante do Figueiroa para a Rua da Boavista, a Rua do Olho Vivo para a Travessa da Lapa, a Rua que ligava a Aguardente à Rua de Fradelos, a Rua do novo Seminário até às Fontainhas (chamou-se depois Rua de Wellesley), a continuação da Rua Nova dos Ingleses até à Rua dos Mercadores, a Rua do Correio-Mor (hoje Rua do Conde Vizela) continuada até Ferraria de Cima (hoje Rua dos Caldeireiros), a Calçada dos Clérigos com casas da parte sul, a que corre por onde era antes o Adro dos Enforcados (pensamos ser a Rua da Assunção), a Rua que ia das Almas (de Santa Catarina) até a do Caramujo (que desembocava na Rua Formosa), a Rua que da estrada de Valongo ia para o Fojo (proximidades da Praça das Flores).

Outras ruas foram ampliadas, realinhadas ou alargadas total ou parcialmente. Estão neste caso a de Santa Catarina (lado poente), a do Senhor do Olho Vivo (nas imediações da Lapa), as duas ruas que contornam o Quartel General, (Rua da Regeneração e Rua da Lapa), a do Postigo do Sol, a das Fontainhas, a das Tripas (que devia ser nas imediações da anterior), a dos Matadouros, a da Tesouraria até à Torrinha, a de Cedofeita até ao Mirante do Figueiroa, a do Mirante até à Tesouraria, a da Bandeirinha, a do Carregal, a do Cativo, a do Cirne, a da Praça. E também na margem esquerda: a Rua que ia do Convento de Corpus Christi até à Cambada, a que desta safa para os armazéns de Clamouse Browne, a da Rasa e ainda duas que partiam desta em direcção a Santo Ovídio.

Não deixaremos este assunto sem recuperar a informação preciosa e lisonjeira do Padre Rebelo da Costa: as ruas do Porto eram marcadas por “singular limpeza e asseio” não só porque diariamente 20 a 30 homens se empregavam nessa tarefa, mas porque o tipo de laje comprida e larga obstava à formação de charcos⁷. A preocupação pelo que hoje chamaríamos “ambiente” e “higiene” surge indiciada por outros sinais mais precoces: em 1614 chega à Câmara um pedido para se ordenar que se tape um pequeno recanto junto ao chafariz da Sé porque “aí se botava imundície”⁸.

⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto. Das Luzes ao Liberalismo*, Lisboa, Edições Inapa, 2001.

⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto, Tombo Velho, tomo, II, fls. 461-463.

CONCLUSÃO

São as pessoas que moldam os espaços ou são os espaços que moldam as pessoas? Por tudo o que ficou dito parece poder deduzir-se que perfilho a primeira. Em parte é verdade. Que critérios é poderiam ser tomados em conta para estabelecer uma espécie de ranking das cidades? A questão não é ociosa visto que Évora e Porto disputavam o segundo lugar. Pelo menos dois: a qualidade (social) dos naturais e residentes e o património construído, isto é, mosteiros, igrejas e palácios. Eu acrescentaria outro que, aliás, era o principal argumento da cidade do Porto: o dinamismo económico de que a demografia em crescendo era um traço forte.

Se os dirigentes têm determinada ideia do que deve ser a cidade sob o ponto de vista físico e organizacional é natural que intervenham sobre ela nesse sentido, tal como o escultor molda um pedaço de mármore e o transforma de acordo com a ideia que tem na mente.

Mas também não posso deixar de concordar que o espaço (no sentido de conjunto das condições físico-geográficas) exerce grande influência na definição da personalidade de base dos habitantes e consequentemente nos seus comportamentos e valores.